

MARCOS MEDEIROS LEVASSEUR ROCHA

**A LEGISLAÇÃO FLORESTAL E SUAS RELAÇÕES COM AS
ATIVIDADES ECONÔMICAS EM SANTA CATARINA**

CURITIBA

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA - UFPR

MARCOS MEDEIROS LEVASSEUR ROCHA

**A LEGISLAÇÃO FLORESTAL E SUAS RELAÇÕES COM AS
ATIVIDADES ECONÔMICAS EM SANTA CATARINA**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização
em Gestão Florestal, como requisito parcial à
obtenção do título de Especialista em Gestão
Florestal.

Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Paulo de Tarso Pires, Msc.

CURITIBA

2009

MARCOS MEDEIROS LEVASSEUR ROCHA

**A LEGISLAÇÃO FLORESTAL E SUAS RELAÇÕES COM AS
ATIVIDADES ECONÔMICAS EM SANTA CATARINA**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização
em Gestão Florestal, como requisito parcial à
obtenção do título de Especialista em Gestão
Florestal.

Universidade Federal do Paraná.

_____, ____ de ____ de ____.
Local dia mês ano

Professor(a) Examinador(a)
Universidade

Professor(a) Examinador(a)
Universidade

Professor(a) Examinador(a)
Universidade

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar a influência da legislação florestal nas atividades econômicas de base florestal no estado de Santa Catarina. Após uma apresentação dos dados sobre as atividades econômicas florestais no Brasil e em Santa Catarina, foram feitos levantamentos sobre como surgiram as leis ambientais no Brasil e os principais fundamentos do Direito ambiental. Foi relatada a competência dos entes federativos e dos órgãos responsáveis pelo meio ambiente no Brasil. Para destacar a influência da legislação nas atividades econômicas o estudo se concentrou na Constituição de Santa Catarina, Constituição Federal, Lei da Mata Atlântica, Lei dos SNUC, Política Nacional do Meio Ambiente, Lei de Crimes Ambientais e Código Florestal. Dentro do Código Florestal foi dada atenção especial as Reservas Florestais Legais.

Palavras-chave: Direito ambiental. Código florestal. Atividade econômica.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	6
1.1 Tema	6
1.2 Justificativa	6
1.3 Contribuições para compreensão, intervenção ou solução que a pesquisa apresentará.....	6
1.4 Atualidade do tema.....	7
1.5 Importância social/científica/educacional.....	7
1.6 Contribuição do tema para solução de um problema atual.....	7
1.7 Objetivos.....	8
2 Metodologia.....	9
3 Revisão Bibliográfica.....	11
4 Resultados e Discussões.....	13
4.1 As Atividades Econômicas Florestais no Brasil.....	13
4.2 As Atividades Econômicas Florestais em Santa Catarina.....	15
4.3 Surgimento das leis ambientais no Brasil.....	18
4.4 O cenário e as perspectivas futuras para o setor florestal.....	18
4.5 O Direito Ambiental	19
4.6 Os Princípios de Direito Ambiental.....	20
4.7 Competência dos entes federativos pela Constituição Federal.....	21
4.8 Esferas de responsabilidade ambiental pela Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais).....	22
4.9 Os Órgãos governamentais responsáveis pelo meio ambiente no Brasil pela Lei 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente).....	23
4.10 O meio ambiente na Constituição Federal.....	24
4.11 O Meio Ambiente na Constituição de Santa Catarina.....	25
4.12 A Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006).....	27
4.13 SNUC – Lei 9.985/2000 – Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	31
4.14 O Código Florestal Brasileiro e seus principais mecanismos.....	35
4.14.1 Áreas de Preservação Permanente.....	36
Reserva Florestal Legal.....	37
Reserva Florestal Legal.....	37
Reserva Florestal Legal.....	37
Outros artigos importantes do Código Florestal (Lei 4.771/65).....	44
Outros artigos importantes do Código Florestal (Lei 4.771/65).....	44
Outros artigos importantes do Código Florestal (Lei 4.771/65).....	44
5 Conclusões.....	46
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA

É o estudo da legislação florestal e suas relações com as atividades econômicas de base florestal em Santa Catarina.

1.2 JUSTIFICATIVA

Relevância da pesquisa: Procurar entender a abrangência da legislação florestal. Quais as principais leis que regem esses assuntos. Como elas interferem positiva ou negativamente no funcionamento das atividades florestais.

Que motivos justificam:

- Que o constante confronto entre as questões econômicas e ambientais muitas vezes pode ser encarado como um entrave para o desenvolvimento do setor florestal;
- Que existe uma necessidade crescente no país que a economia cresça, mas, por outro lado uma pressão nacional e mundial em prol da conservação ambiental, fatores que influem definitivamente na atividade florestal.

1.3 CONTRIBUIÇÕES PARA COMPREENSÃO, INTERVENÇÃO OU SOLUÇÃO QUE A PESQUISA APRESENTARÁ

A pesquisa tentará conhecer mais a fundo a legislação florestal brasileira, suas principais Leis, os princípios norteadores da legislação ambiental. Mostrará de que forma a

distribuição de competências entre a União, Estados e Municípios e os determinados órgãos atuantes dessas esferas federativas interferem na atividade florestal.

1.4 ATUALIDADE DO TEMA

O tema se insere no contexto social cotidiano, haja vista que as questões ambientais são amplamente discutidas pela sociedade atualmente. O problema da conciliação das atividades econômicas com o meio-ambiente é um dos principais temas atuais do Brasil e da humanidade.

1.5 IMPORTÂNCIA SOCIAL/CIENTÍFICA/EDUCACIONAL

O Poder Público e a sociedade estabeleceram alguns bens ambientais que deverão ser preservados em prol da qualidade de vida das gerações presente e futuras. Dentre estes Bens ambientais estão as florestas. Elas representam os principais instrumentos de recursos para a indústria e produtores florestais. Procurar entender até que ponto divide-se o limite da preservação desses bens e a respectiva influência nas atividades florestais, é a finalidade social/científica do estudo.

1.6 CONTRIBUIÇÃO DO TEMA PARA SOLUÇÃO DE UM PROBLEMA ATUAL

A compreensão e o estudo mais a fundo da legislação ambiental e florestal, bem como a forma como ela é aplicada no país. A competência federativa da União, Estados e Municípios e seus devidos órgãos. Os bens ambientais tutelados pelas leis ambientais, as

atividades potencialmente poluidoras do meio-ambiente, as infrações penais aos danos ambientais. De que forma a legislação impulsiona ou restringe as atividades do setor, são os objetivos propostos pelo trabalho.

1.7 OBJETIVOS

Objetivo Geral: Identificar os aspectos principais da legislação florestal e suas relações com as atividades econômicas de base florestal em Santa Catarina.

Objetivos Específicos:

- a) Realizar um levantamento das atividades econômicas de base florestal no Brasil e mais especificamente em Santa Catarina;
- b) Identificar as esferas de competência das leis pelos entes federativos, e os principais órgãos gestores e executores atuantes no Brasil na legislação ambiental e florestal vigente;
- c) Destacar as principais normas ambientais e florestais atuais no país;
- d) Identificar os parâmetros principais das leis que interferem nas atividades econômicas florestais.

2 METODOLOGIA

O método utilizado para a pesquisa será a análise diagnóstica que consistirá no levantamento das características relativas às atividades econômicas florestais, bem como da influência da legislação ambiental e florestal em suas atividades, destacando os fatores impulsionadores e restritivos ao seu desempenho.

O objeto de estudo, se concentrará nas atividades econômicas florestais relativas ao estado de Santa Catarina, através de uma inter-relação entre atividades econômicas florestais e respectiva legislação.

O método de análise sistêmica é o mais apropriado, pois não se pode considerar as atividades econômicas isoladamente. É preciso considerar a legislação que envolve suas atividades e, sempre que possível também as causas sociais e políticas. Apesar do estudo se concentrar nas questões econômicas e de legislação é sempre importante perceber que elas estão inseridas nas respectivas causas sociais e políticas citadas anteriormente.

A metodologia utilizada para pesquisa das normas ambientais e florestais especificamente serão as fontes primárias contidas na Constituição Federal, Leis, Constituição Estadual e Códigos. Utilizaremos também as fontes doutrinárias do Direito Ambiental Brasileiro, abordando os princípios de Direito Ambiental e seus principais autores.

Após o levantamento das informações relacionadas às atividades econômicas florestais no Brasil e em Santa Catarina o estudo buscará na legislação ambiental e florestal os fatores que interferem nestas atividades e para concluir discutiremos as conseqüências destas intervenções e as formas positivas e negativas de sua interferência, ou seja: os fatores que restringe ou impulsiona suas atividades.

O método diagnóstico e cronograma de estudo apresentará a seguinte seqüência:

- 1) Apresentação de dados sobre as atividades econômicas florestais no Brasil e em Santa Catarina.
- 2) O Surgimento das leis ambientais no Brasil e os princípios de Direito ambiental.
- 3) A competência dos entes federativos e dos órgãos gestores e executores responsáveis pelo meio ambiente no Brasil.
- 4) A legislação propriamente dita ambiental e florestal a nível federal e estadual.

- 5) A interferência da legislação ambiental e florestal nas atividades econômicas florestais.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O objetivo da pesquisa é identificar na legislação florestal as principais relações com as atividades econômicas de base florestal.

A preservação das florestas é uma das questões fundamentais para a sobrevivência da humanidade e de todas as formas de vida, conseqüentemente, é um tema fundamental do Direito Ambiental. Indiscutivelmente, a matéria referente à preservação das florestas remete-nos para as graves questões da biodiversidade e do aquecimento global, assim como aos problemas relacionados com a dívida externa dos países do terceiro mundo e, conseqüentemente, com um novo padrão de desenvolvimento econômico e com uma nova ordem econômica internacional, que são alguns dos principais pontos da agenda ambiental e política internacional (ANTUNES, 2006, p.)

O estudo definirá a abrangência da legislação florestal. Quais as principais leis que integram a legislação, os seus princípios norteadores. Como elas interferem positiva ou negativamente no funcionamento das atividades florestais. A distribuição de competências entre a União, os Estados e os Municípios e os determinados órgãos atuantes destas esferas administrativas.

A justificativa de pesquisa do tema parte do princípio de que o constante confronto entre as questões econômicas e ambientais muitas vezes caracteriza um obstáculo para o desenvolvimento do setor florestal. Por outro lado, existe uma necessidade crescente no país e uma tendência natural de que a economia cresça, contrapondo-se pela pressão internacional em prol da conservação ambiental. Esses fatores influem definitivamente na atividade florestal.

O tema se insere no contexto atual, haja vista que as questões ambientais são amplamente discutidas pela sociedade nos dias de hoje. Sendo o problema da conciliação das atividades econômicas com a preservação ambiental, uma das principais questões atuais mais importantes no Brasil e no mundo.

O Poder público e a sociedade estabeleceram alguns bens ambientais que deverão ser preservados em favor da qualidade de vida das gerações presente e futuras. Dentre estes bens ambientais estão as florestas, e elas representam o principal meio de recurso para os produtores e a indústria de base florestal. Procurar entender até que ponto se limita a

preservação destes bens e a respectiva influência nas atividades florestais é outra finalidade do estudo.

O conceito jurídico de bem ambiental é mais amplo do que o econômico, pois abrange todos os recursos naturais essenciais à sadia qualidade de vida. Cuida-se do denominado bem de uso comum do povo, o qual transcende o bem pertencente ao particular ou ao Poder Público. A qualidade de vida do cidadão transformou-se num dos objetivos a ser almejado pelo Poder Público do ponto de vista social (SIRVINSKAS, 2008, p.).

Um dos principais instrumentos dentro da legislação florestal abordado pelo trabalho refere-se à necessidade do produtor rural manter dentro de sua propriedade uma área destinada para proteção dos recursos naturais, ou seja: a reserva florestal legal. Esta questão, que interfere diretamente com as atividades econômicas florestais será amplamente debatida no estudo.

A reserva florestal legal incide somente sobre a propriedade privada. Já as áreas de preservação permanente incidem sobre propriedade privada ou pública. A reserva florestal legal é uma limitação ao direito de propriedade consistente em preservar um dos elementos essenciais do meio-ambiente, que é a flora (SIRVINSKAS, 2008, p.).

Segundo Machado (2001, p.):

A reserva legal florestal tem sua razão de ser na virtude da prudência, que deve conduzir o Brasil a ter um estoque vegetal para conservar a biodiversidade. Cumpre, além disso, o princípio constitucional do direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Importa dizer que cada proprietário não conserva uma parte de sua propriedade com florestas somente no interesse da sociedade ou de seus vizinhos, mas primeiramente no seu próprio interesse.

Identificar na legislação florestal e ambiental os principais mecanismos que se relacionam e interferem diretamente nas atividades florestais é o objetivo deste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O confronto entre as questões econômicas e ambientais muitas vezes pode ser encarado como um entrave para o desenvolvimento do setor florestal. No Brasil e no mundo existe uma busca de forma geral para acomodar uma economia crescente e um meio-ambiente saudável. Um dos fatores que dificultam o desenvolvimento de uma política nacional de desenvolvimento e a fiscalização das leis são as próprias dificuldades econômicas, sociais e a extensão territorial do país.

Os instrumentos de coerção têm se mostrado insuficientes para a proteção dos bens ambientais, juntamente com a falta de fiscalização eficiente.

Como este estudo se propõe justamente a entender a legislação ambiental e florestal e seus principais mecanismos bem como a sua influência nas atividades econômicas, se torna importante primeiramente compreender aspectos das atividades econômicas e florestais no Brasil e em Santa Catarina.

4.1 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS FLORESTAIS NO BRASIL

A história do Brasil sempre esteve ligada à floresta. No entanto, a relação do homem com a floresta e seus recursos sempre foi predatória. Fruto da adoção de um modelo equivocado de desenvolvimento rural, o desenvolvimento do setor florestal brasileiro tem sido comprometido por práticas irracionais de manejo não-sustentáveis, que prejudicam o meio-ambiente, provocam o desmatamento, e ameaçam comprometer o desenvolvimento econômico e social do país a médio e longo prazo, pela redução das vantagens comparativas que o tornam competitivo no mercado interno e externo (BRDE, 2004).

O cultivo de florestas no Brasil passou a ter expressão somente a partir da década de 60, quando da criação, pelo governo federal, dos incentivos fiscais para reflorestamento. Levantamentos recentes apontam a existência de 4,8 milhões de hectares plantados com pinus e eucalipto no Brasil (TORESAN, 2009).

O eucalipto ocupa 62% da área e suas plantações estão localizadas principalmente

nos estados de Minas Gerais (52%) e São Paulo (19%). Seguem-se em importância, na eucaliptocultura, os estados da Bahia (7%), do Espírito Santo (5%) e do Rio Grande do Sul (4%). O cultivo das espécies de pinus atinge 1,84 milhão de hectares e concentra-se nos estados do Sul (58%) e do Sudeste (22%). Destaca-se ainda o estado da Bahia, com 13% da área plantada com pinus no País (TORESAN, 2009).

O desenvolvimento da tecnologia silvicultural no Brasil nas últimas décadas e as condições naturais favoráveis propiciaram, além dos ganhos de produtividade, o encurtamento dos ciclos de rotação das florestas cultivadas, conseguindo, com isso, reduzir os custos de produção dos reflorestamentos. O menor custo da madeira reflorestada no Brasil, em relação aos países do hemisfério norte, cria importantes vantagens de custos na produção industrial dos produtos de origem florestal, podendo ser até 25% mais baixos, no caso da celulose. Devido ao desenvolvimento da silvicultura, o Brasil vem conseguindo substituir gradativamente suas matas nativas pelas cultivadas no suprimento de seus produtos florestais. Em 1999, as áreas reflorestadas foram mais importantes que as florestas nativas no fornecimento de matéria-prima para a quase totalidade dos produtos florestais. Mais de 60% da madeira consumida pela indústria florestal brasileira em 1999 veio de reflorestamentos. Deste total, 36% é transformado em produtos da madeira (serrados, laminados, compensados e painéis reconstituídos), 19% em papel e celulose, 27% em carvão para compor produtos siderúrgicos e 17% é utilizado como lenha nas caldeiras de produção de vapor (TORESAN, 2009).

No todo, as exportações brasileiras de produtos de origem florestal somaram quase 4,5 bilhões de dólares americanos em 2000, 8,1% do total das exportações do País. Deste montante, 37,5% é realizado pelos três estados da Região Sul. A indústria de papel e celulose participa com 57% do valor exportado pelo setor, cabendo às madeiras e obras de madeira, os restantes 9% do valor exportado (TORESAN, 2009).

De inquestionável importância para o desenvolvimento do país, a cadeia produtiva contribuiu, em 2001, com US\$ 2 bilhões em impostos e participou com, aproximadamente, 4% na formação do PIB nacional. O faturamento do setor brasileiro de base florestal, no período, foi de US\$ 21 bilhões e as exportações atingiram US\$ 5,4 bilhões, correspondendo a 10% das exportações totais do Brasil (BRDE, 2004).

Por utilizar intensivamente mão-de-obra, foi responsável por cerca de 2 milhões de empregos diretos e indiretos, o que demonstra a sua importância social como atividade geradora de empregos, fixando o homem no campo e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de uma parcela considerável da população do país. Estudos realizados pelo

setor indicam que para a geração de um posto de trabalho na área florestal são necessários investimentos na ordem de US\$ 600 enquanto que na área industrial são necessários US\$17.000 (BRDE, 2004).

4.2 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS FLORESTAIS EM SANTA CATARINA

Santa Catarina possui uma extensão territorial de 95.985 km² e tem o privilégio de conter na sua composição florestal três ricas formações: a floresta atlântica (ou floresta ombrófila densa), a floresta de araucária (floresta ombrófila mista) e floresta subtropical do Rio Uruguai (floresta estacional decidual). Segundos dados da Fundação SOS Mata Atlântica/2002, restam hoje apenas 17,46% das florestas originais, área equivalente a 1.662.000 hectares, dos quais 280.000 hectares podem ser consideradas florestas primárias (mata virgem), os demais são florestas secundárias em estágio médio ou avançado de regeneração (BRDE, 2004).

Santa Catarina é um dos mais importantes pólos de produção e exportação de madeira, papel e móveis do País. Com pouco mais de 10% dos reflorestamentos nacionais (cerca de 650.000 ha), o estado produziu, em 1999, 20% da madeira de origem cultivada para uso industrial e foi responsável por 14% das exportações brasileiras de produtos florestais. A indústria catarinense de processamento mecânico da madeira é bastante voltada ao mercado externo, respondendo pela metade das exportações brasileiras de móveis e mais de 20% do total das exportações de madeira beneficiada e seus derivados (TORESAN, 2009).

A excelência das condições de solo e clima para o desenvolvimento florestal caracteriza Santa Catarina como uma das regiões de maior produtividade florestal do mundo. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC), Santa Catarina obteve em 1995 a mais alta produtividade do País na produção de pinus, alcançando mais de 40 st/ha/ano. O material genético da pinocultura, disponível atualmente em algumas empresas do setor florestal catarinense, como os pomares clonais de produção de sementes, tem potencial de produção de mais de 60 st/ha/ano. Com este material é possível obter-se madeira para a produção de serrados em ciclos de rotação de menos de 15 anos, enquanto nos países do hemisfério norte, onde o clima é frio e mais seco, isto só é possível levando pelo menos 40 anos (TORESAN, 2009).

O aumento da demanda por matéria-prima florestal nos últimos anos em Santa Catarina se deveu, em grande parte, ao crescimento verificado nas exportações de produtos de origem florestal. As exportações destes produtos apresentam tendência de aumento desde os anos 90 e já somam mais de 600 milhões de dólares. Deste montante, 48% refere-se a madeira e obras de madeira, 34% é composto por móveis e 17% diz respeito a papel e celulose. O bom desempenho exportador mostrado pelo setor se deve ao dinamismo e à flexibilidade da indústria catarinense de base florestal - uma das mais importantes do estado - em adaptar-se às mudanças nas condições da demanda externa, como novas exigências de padrões de qualidade, de prazos, volumes, adaptação dos produtos e redução de custos (TORESAN, 2009).

A capacidade competitiva da indústria florestal catarinense é revelada pela ampliação de sua participação nas exportações brasileiras de produtos florestais, que passou de pouco mais de 12% em 1993 para cerca de 14% em 1999 e 2000. Esta condição é compartilhada pelos demais estados da Região Sul, que também ampliaram sua participação nas exportações nacionais do setor. A região já responde por cerca de 38% das exportações florestais brasileiras.

Em relação a florestas plantadas, na composição por espécie, as plantações de Pinus são responsáveis pela quase totalidade da oferta de madeira florestal em Santa Catarina. Elas crescem, em média, 30 metros cúbicos por hectare/ano, resultado do melhoramento genético obtido nos últimos anos. Segundo informações da EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina, em algumas regiões do Estado existem florestas crescendo até 45 metros cúbicos por hectare/ano (BRDE, 2004).

A cadeia produtiva de base florestal, atualmente representada por 4.639 empresas, emprega diretamente 82.322 trabalhadores, participou, em 2001, com 2,5% na geração do ICMS, mediante uma arrecadação equivalente a R\$ 82,6 milhões e exportou cerca de US\$ 860.340 mil no ano de 2003, correspondendo a 23,2% das exportações de Santa Catarina (BRDE, 2004).

Consome anualmente, aproximadamente, 15,6 milhões de metros cúbicos de madeira, ou o equivalente a 55 mil ha/ano. Desse total, 6,7 milhões de metros cúbicos/ano são direcionados para a fabricação de celulose e pastas de alto rendimento, 4,4 milhões de metros cúbicos são utilizadas pelas serrarias na produção de madeira serrada, 1,6 milhões de metros cúbicos na produção de chapas compensadas; 1,2 metros cúbicos pelo setor moveleiro e o restante é consumido na produção de energia e outras atividades (BRDE, 2004).

Do total de madeira consumida no Estado, 85,13% são oriundas das florestas plantadas de Pinus, 6,87% de Eucalipto, utilizado, sobretudo, na produção de papel e celulose e 8% provém de espécies nativas. O setor moveleiro é o que menos investe na produção de florestas, porém, este setor, não obstante sua representatividade econômica, responde por algo em torno de 15% de todo o consumo de matéria-prima do setor de base florestal. Na composição por espécie, as plantações de Pinus são responsáveis por cerca de 93% da oferta de madeira florestal em Santa Catarina. As florestas de Pinus crescem, em média, 30 metros cúbicos por hectare/ano, resultado do melhoramento genético obtido nos últimos anos (BRDE, 2004).

O intercâmbio comercial de produtos de base florestal catarinense vem crescendo de importância na pauta das exportações brasileiras. Em 2003, segundo a SECEX, Santa Catarina foi um dos estados líderes nas exportações de produtos florestais no País, realizando negócios com empresas estrangeiras na ordem de US\$ 860,34 milhões (BRDE, 2004).

O total de produtos florestais comercializados com o exterior correspondeu a 23,0% do total de exportações efetuadas pelo Estado. Este resultado representa o maior valor já registrado por Santa Catarina para o fluxo de comércio internacional de produtos florestais, correspondendo a uma taxa de crescimento, na comparação com o ano anterior de 17,6% (BRDE, 2004).

Do total exportado, a maior participação coube a comercialização de madeira e suas obras de madeira que representaram quase a metade (47,0%) do total de produtos florestais exportados no período, seguido pela indústria moveleira, cuja exportação somou US\$ 319,97 milhões, equivalente a 37,0% do exportado pelo setor (BRDE, 2004).

Participação de Santa Catarina atualmente na Produção Nacional

Na produção de madeira de florestas plantadas para fabricação de papel e celulose, os principais estados produtores em 2007 foram São Paulo com 17 340 883 m³, o que representa 28,4% dos 60 964 307 m³ produzidos no País; Bahia, com 12 904 448 m³ (21,2%); Paraná, com 8 549 765 m³ (14,0%); Santa Catarina, com 6 676 970 m³ [11,0%]; Minas Gerais, com 6 086 462 m³ (10,0%); Espírito Santo, com 4 931 406 m³ (8,1%) Rio Grande do Sul, com 2 731 029 m³ (4,5%); e PARA com 1 481 504 m³ (2,4%). Já na produção de madeira para outras finalidades, os destaques são o Paraná, com 15 209 903 m³ (34,4% dos 44 167 434 m³ produzidos em 2007 no País); Santa Catarina com 8 744 851 m³ (19,8%); São Paulo, com 8 625 581 m³ (19,5%); e Rio Grande do Sul, com 5 209 607 m³ (11,8%). (IBGE, 2007).

4.3 SURGIMENTO DAS LEIS AMBIENTAIS NO BRASIL

As primeiras leis ambientais foram sendo implantadas gradativamente no Brasil. Primeiramente elas surgiram para a proteção de elementos isolados da natureza. A água (Código das Águas 1934), flora (primeiro Código Florestal Brasileiro de 1934), subsolo (primeiro Código de Minas do Brasil de 1934).

Depois vieram leis mais abrangentes voltadas para a proteção de ecossistemas como: parques, reservas, e a poluição sob variadas formas. Foram as leis disciplinadoras das unidades de conservação.

Na terceira fase as leis começaram a se preocupar com o ecossistema do planeta de uma forma geral, procurando buscar o equilíbrio físico, químico e biológico da terra. Tivemos então a lei da Política Nacional do Meio-Ambiente ou Lei 6.938/81 e a Constituição Federal de 1988 que inovou bastante na proteção do meio-ambiente.

Paralelamente a esta preocupação crescente com o meio-ambiente no Brasil tivemos também no mundo todo, principalmente nos últimos vinte anos, diversas conferências internacionais sobre o meio-ambiente, como a Convenção de Estocolmo de 1972, a Rio 92 e o protocolo de Kioto, este último impôs aos países industrializados metas para redução dos níveis de poluentes na atmosfera.

4.4 O CENÁRIO E AS PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O SETOR FLORESTAL

No curto prazo, devido ao crescimento da demanda por toras de pinus para produção de madeira sólida e à inelasticidade de sua oferta, espera-se um aumento da escassez desta matéria-prima no Brasil, especialmente na Região Sul, com consequente continuidade do processo de elevação dos preços.

É possível que até meados da presente década esta escassez venha a elevar de maneira significativa os custos de produção dos produtos da madeira e, com isso, frear o atual processo de expansão mercadológica da indústria florestal brasileira e catarinense no âmbito

internacional, especialmente do segmento de móveis de madeira maciça.

Num cenário de longo prazo, o setor florestal mundial tenderá a passar por um processo de reordenamento, cabendo às florestas nativas um papel cada vez mais importante para a bioprospecção e no fornecimento de serviços ambientais (fixação de carbono, conservação do solo, regularização do regime hídrico, manutenção da paisagem, da biodiversidade e ecoturismo) e um papel secundário no fornecimento de madeira.

A demanda por madeira será cada vez mais suprida por florestas cultivadas de forma intensiva, com alta produtividade e em ciclos de rotação cada vez mais curtos. As espécies de crescimento rápido, como pinus e eucalyptus, terão papel preponderante no fornecimento de fibras industriais. As regiões tropicais e subtropicais do planeta deverão ampliar significativamente suas participações no fornecimento de madeira cultivada para a indústria, com destaque para os países do Cone Sul, na América Latina, especialmente o Brasil e o Chile.

Estas megatendências indicam que o Brasil tem condições de vir a ser um dos principais produtores e exportadores mundiais de produtos florestais cultivados, já que, além de tradição no mercado, dispõe de vastas extensões de terra e clima favoráveis a esta atividade.

Neste contexto, a transformação industrial de produtos da madeira oriunda de florestas cultivadas se coloca como uma grande oportunidade para a economia catarinense, que conta com uma base florestal e com uma estrutura industrial relativamente desenvolvida e voltada ao comércio exterior, com destacada vantagem comparativa natural no cultivo florestal em relação a outras regiões do planeta.

4.5 O DIREITO AMBIENTAL

No nosso ordenamento jurídico não existe um Código Ambiental ou Código de Direito Ambiental. Ou seja: não há concentração da lei num único dispositivo que aborda toda a matéria. Existe a legislação ambiental e florestal que é formada por determinadas leis esparsas que regulam a matéria propriamente dita.

A lei é a fonte primária do Direito, mas em relação ao contexto jurídico todo em si devemos considerar também outras fontes importantes para o estudo da matéria como por exemplo: Princípios, doutrinas e jurisprudências.

As duas principais leis da legislação ambiental e florestal são: a Política Nacional do Meio-Ambiente (lei 6.938/81) e o chamado Código Florestal Brasileiro (lei 4.771/65). Este último especificamente será a matéria do nosso estudo.

4.6 OS PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL

Princípio da Prevenção ou Precaução: De acordo com este princípio a prevenção é o grande objetivo de todas as normas ambientais. A reparação ou recomposição é muito difícil e dispendiosa. O dispositivo legal da Política Nacional do Meio Ambiente (lei 6.938/81) aborda assuntos como: licenciamento, avaliação de impacto ambiental e zoneamento que fundamentam a importância deste princípio.

Princípio da Cooperação: Princípio que prevê a participação do estado, mas também da sociedade na conservação ambiental. De acordo com esse princípio existe uma divisão da responsabilidade pela preservação dos recursos naturais entre o Poder público e o cidadão.

Princípio da Publicidade e participação popular: princípio que prevê a divulgação nos meios de comunicação em relação aos assuntos ou projetos ambientais importantes, bem como a participação do cidadão. A lei confirma esse princípio na Resolução Conama 09 de 03.12.87 quando afirma que: o órgão do Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública quando solicitada por entidade civil, Ministério Público ou 50 (cinquenta) ou mais cidadãos. Também a Constituição Federal de 1988 no art.225, inciso IV - exigir para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio-ambiente, estudo prévio de impacto ambiental a que se dará publicidade.

Princípio do in dubio pro natura: semelhante aos demais princípios de outros ramos do direito, significa que o interesse social prevalece sobre o individual. Os bens ambientais por serem públicos são mais importantes que os interesses privados.

Princípio da não existência do direito adquirido em meio-ambiente: quando se trata de meio-ambiente e interesse social e qualquer direito adquirido for contra esses bens

ambientais públicos novamente o interesse social prevalecerá.

4.7 COMPETÊNCIA DOS ENTES FEDERATIVOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A competência para legislar sobre matéria ambiental no Brasil, em regra, é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Mas existem algumas matérias que a concorrência é privativa da União. Quando a competência é da União se trata de competência privativa. A competência da União, dos Estados e do Distrito Federal é competência concorrente. E a competência municipal é chamada suplementar.

A Constituição Federal de 1988 no artigo 24, estabelece: Compete à União legislar concorrentemente com os Estados e Distrito Federal sobre:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por danos ao meio-ambiente

No parágrafo primeiro estabelece que no âmbito da legislação concorrente a competência da União limitar-se-a a estabelecer normas gerais.

No parágrafo segundo institui que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Enfim, a Constituição permite aos Estados instituírem sua própria legislação ambiental, desde que não contrarie as normas gerais federais. Inclusive no terceiro parágrafo permite a competência legislativa plena aos Estados em caso de inexistir lei federal sobre matéria ambiental.

4.8 ESFERAS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL PELA LEI 9.605/98 (LEI DE CRIMES AMBIENTAIS)

De acordo com o artigo 3º da lei 9605/98 as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto na lei. A esfera administrativa é exercida pelos agentes dos órgãos ambientais no exercício do poder de polícia. Vai desde a multa até a suspensão parcial ou total da atividade. A lei de crimes ambientais, Lei 9.605/98 sistematizou as infrações administrativas que antes estavam esparsas. Sistematizou as infrações pelos bens ambientais atingidos prevendo multas de 50,00 (cinquenta reais) até 50.000.000 (cinquenta milhões de reais).

A esfera de responsabilidade civil, pela Lei 6.938/81 instituiu a responsabilidade objetiva, ou seja: dispensou a culpa para caracterizar a obrigação de indenizar. Também a Lei 7.347/85, Lei da Ação Civil Pública atribui legitimidade ao Ministério Público e entidades civis para ajuizar ações contra infratores da legislação ambiental e outros direitos, chamados os direitos difusos e coletivos.

A Lei da Ação Civil Pública possibilita o Inquérito Civil Público que é presidido por um promotor de justiça que pode requisitar informações e documentos de entidades públicas ou privadas, bem como notificar pessoas físicas ou jurídicas para prestarem declarações.

A esfera de responsabilidade penal é exercida pela sua principal lei, a Lei 9.605/98, lei de Crimes Ambientais, que trata dos crimes ambientais e das infrações administrativas ambientais. Apresenta a definição de crimes ambientais, alternativas à pena privativa de liberdade, e prevê a recuperação do dano ou débito com a sociedade.

A Lei de Crimes Ambientais não consolida todos os delitos ambientais, mas representa um progresso em termos de sistematização destes delitos. Prevê também a hipótese de desconsideração da pessoas jurídica, não excluindo a responsabilidade penal das pessoas físicas que sejam autoras, co-autoras e partícipes.

4.9 OS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS RESPONSÁVEIS PELO MEIO AMBIENTE NO BRASIL PELA LEI 6.938/81 (LEI DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBEINTE)

A Lei 6.938/81, Política Nacional do Meio Ambiente, instituiu o SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente), definindo sua composição e seus órgãos integrantes. Através desses órgãos é possível ter uma base de como as competências ambientais se encontram divididas pelos entes federativos.

Divisão do SISNAMA: de acordo com a Lei 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente:

- a) Órgão Superior: cuja principal função é o assessoramento ao Presidente da República para formulação de políticas nacionais e diretrizes para o meio ambiente;
- b) Órgão Consultivo e Deliberativo: CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). É formado por 72 membros, representantes dos Ministérios, Estados, ONG (organizações Não-Governamentais) e Sociedade Civil. Sua função é definir as diretrizes da política nacional do meio-ambiente. Estabelece diversas Resoluções com valor de lei;
- c) Órgão Central: Ministério do Meio Ambiente, da Amazônia Legal e dos Recursos Hídricos;
- d) Órgão Executor: IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Possui sede em Brasília e superintendência em todos os estados brasileiros. Função de formular, coordenar e executar a política nacional do meio-ambiente;
- e) Órgãos Setoriais: São os órgãos integrantes da administração pública federal direta e indireta bem como fundação instituída pelo Poder público, com atividades voltadas para o meio ambiente;
- f) Órgãos Seccionais: São responsáveis pelas atividades a nível de meio ambiente nos estados. São as Secretarias, Agências e Conselhos Estaduais;
- g) Órgãos Locais: São responsáveis pelas atividades ambientais de controle e fiscalização a nível municipal.

4.10 O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O artigo 225 da Constituição Federal estabelece: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

O presente artigo afirma ser o meio ambiente e os recursos naturais um bem universal a que todos têm direito. E também define a responsabilidade para sua preservação ao Estado com o auxílio da sociedade, este último por ser o legítimo beneficiário dos recursos ambientais. Outro fator importante é que a preservação deve ser presente e futura, ou seja: deve haver determinada sustentabilidade no gerenciamento dos recursos ambientais.

De acordo com o jurista Alexandre de Moraes em seu livro *Direito Constitucional*, ao citar Édis Milaré que afirma:

Marco histórico de inegável valor, dado que as Constituições que precederam a de 1988 jamais se preocuparam da proteção do meio-ambiente de forma específica e global. Nelas sequer uma vez foi empregada a expressão 'meio ambiente', a revelar total despreocupação com o próprio espaço em que vivemos (MILARÉ apud MORAES, 2008, p.).

O próprio Alexandre de Moraes com muita propriedade também afirma:

O meio ambiente deve, portanto, ser considerado patrimônio comum de toda a humanidade para garantia de sua integral proteção, especialmente em relação às gerações futuras, direcionando todas as condutas do Poder Público estatal no sentido de integral proteção legislativa interna e adesão aos pactos internacionais protetivos desse direito humano fundamental de terceira geração, para evitar prejuízo da coletividade em face de uma afetação de certo bem (recurso natural) a uma finalidade individual (MORAES, 2008, p.).

Em relação à preservação desses bens ambientais a própria Constituição Federal define atitudes mais concretas de como deverá ser esta preservação, ao instituir no inciso III do artigo 225:

Definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

E vai mais além, no inciso IV do artigo 225:

Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

4.11 O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO DE SANTA CATARINA

A Constituição do Estado de Santa Catarina ao dispor no Capítulo VI sobre Meio Ambiente, em seus artigos 181 e 182 assemelha-se quase totalmente à Constituição Federal.

Diz o artigo 181 da Constituição Estadual:

Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No artigo 182 diz que: Incumbe ao Estado, na forma da lei:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas

II – proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam animais a tratamento cruel.

IV – definir em todas as regiões do Estado espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

V – exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudos prévios de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

A inovação da Constituição Estadual e que difere da Constituição Federal diz respeito aos incisos VIII e IX, cuja transcrição do texto é a seguinte:

VIII – informar sistematicamente a população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, a situação de riscos e acidentes e a presença de substâncias potencialmente danosas à saúde na água, no ar, no solo e nos alimentos

IX – proteger os animais domésticos, relacionados historicamente com o homem, que sofram as consequências do urbanismo e da modernidade

A Constituição de Santa Catarina prevê também no primeiro parágrafo, do artigo 182: que a participação voluntária em programas e projetos de fiscalização ambiental será considerada como relevante serviço prestado ao Estado. Também no parágrafo segundo, diz: que o Estado instituirá, na Polícia Militar, órgão especial de polícia florestal.

O artigo 183 é de extrema importância para a priorização de programas e projetos de fiscalização, conservação e recuperação do meio ambiente, quando destina o resultado da participação do Estado em recursos naturais dentro de seu território à aplicação nestes projetos.

Diz o artigo 183:

O resultado da participação do Estado na exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos e carvão mineral para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais em seu território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, será preferencialmente aplicado no setor mineral e energético e em programas e projetos de fiscalização, conservação e recuperação ambiental.

O Estado de Santa Catarina através da Constituição Estadual considerou algumas áreas como de interesse ecológico dentro de seu território, e instituiu também que a utilização dessas áreas dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes homologados pela Assembléia Legislativa. São essas áreas:

I – a Mata Atlântica

II – a Serra Geral

III – a Serra do Mar

IV – a Serra Costeira

V – as faixas de proteção de águas superficiais

VI – as encostas passíveis de deslizamentos

4.12 A LEI DA MATA ATLÂNTICA (LEI 11.428/2006)

Bioma de fundamental importância para o Brasil e para o Estado de Santa Catarina está a Mata Atlântica.

Breve histórico

De acordo com o Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica, estudo produzido pela Organização Não-Governamental SOS Mata Atlântica em conjunto com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) a localização da Mata Atlântica e o modelo econômico implantado desde a época da colonização portuguesa são as maiores causas da degradação da floresta. Por estar exatamente na região das maiores cidades brasileiras, onde se concentram 110 milhões de habitantes, a floresta é alvo direto da pressão sobre seus recursos naturais.

O modelo de ocupação trazido pelos europeus estabeleceu a fixação humana na costa do território brasileiro, ao invés da distribuição igualitária pelo interior do país. Assim 62% da população brasileira, responsável por 80% do PIB, encontram-se hoje no domínio do Bioma. A derrubada da Mata se dá para uso da madeira, construção de loteamentos entre muitos outros usos. Além do uso da madeira de lei, palmito e bromélia. Em alguns estados a mata foi substituída quase inteiramente para pastagens de gado e culturas agrícolas.

Mata Atlântica e sua importância ambiental

A importância ambiental da Mata Atlântica é inquestionável em razão de sua riquíssima biodiversidade, é maior até que a da Floresta Amazônica. Em vista disso, a Constituição da República, em seu artigo 225, parágrafo quatro trata-a como patrimônio nacional, cuja utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (MILARÉ, 2007).

Assim, toda e qualquer atividade que envolva exploração de recursos naturais na Mata Atlântica deve ser feita na forma prevista em lei (MILARÉ, 2007).

Principais dispositivos da lei da Mata Atlântica

No artigo segundo da lei foi estabelecida as formações florestais integrantes do Bioma Mata Atlântica que são: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista(Mata das Araucárias), Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restinga, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais no Nordeste.

Foi fundamental a definição destes Biomas menores integrantes da Mata Atlântica com a finalidade do controle melhor de sua preservação, além da função ecológica e geográfica na consideração deste Bioma.

A lei também define no artigo terceiro o que é pequeno produtor rural, população tradicional, pousio, prática preservacionista, exploração sustentável, enriquecimento ecológico, utilidade pública e interesse social.

I – pequeno produtor rural: aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse da gleba rural não superior a 50(cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terras considerando-se a fração individual não superior a 50(cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou de extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo.

IV – prática preservacionista: atividade técnica e cientificamente fundamentada, imprescindível à proteção da integridade da vegetação nativa, tal como controle do fogo, erosão, espécies exóticas e invasores.

V – exploração sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente

justa e economicamente viável.

A definição desses conceitos é importante porque alguns deles dão margem a uma ampliação muito grande de sua abrangência, como pequeno produtor rural, por exemplo. Outros conceitos são de natureza ecológica e ambiental, como prática preservacionista, exploração sustentável. Se torna importante torná-los conhecido pelo público em geral, e para uma melhor interpretação da lei.

O artigo quinto da lei da Mata Atlântica diz que a vegetação sendo primária ou secundária, em qualquer estágio de regeneração em que se encontre, dentro do Bioma Mata Atlântica, não perderá esta classificação em casos de incêndio, desmatamento ou qualquer outro tipo de intervenção não autorizada ou não licenciada.

O artigo sexto diz que na proteção e na utilização da Mata Atlântica deverão ser observados princípios da função socio ambiental da propriedade, da equidade, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência das informações, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito de propriedade.

Pelo conteúdo do caput do artigo percebemos que alguns princípios de Direito Ambiental foram abordados como: princípio da prevenção, princípio da precaução, princípio da equidade. Além de princípios constitucionais como o direito de propriedade. Foi importante a abordagem destes princípios pois eles dizem respeito a atuação de tutela do estado no gerenciamento do meio ambiente e a garantia de que em matéria de recursos naturais é mais barato prevenir os danos do que futuramente repará-los.

No artigo sétimo é enfatizado que a proteção e a utilização da Mata Atlântica será feita dentro de determinadas condições:

I – a manutenção e a recuperação da biodiversidade, vegetação, fauna e regime hídrico do Bioma Mata Atlântica para as presentes e futuras gerações

IV - o disciplinamento da ocupação rural e urbana de forma a harmonizar o crescimento econômico com a manutenção do equilíbrio ecológico.

Os incisos I e IV representam grandes desafios do texto da lei da Mata Atlântica, pois, o Bioma está inserido conforme o breve histórico que foi apresentado numa região de grande ocupação territorial, próximo de grandes cidades litorâneas. Recuperar a vegetação da Mata Atlântica demandará grande conscientização da população que vive neste entorno bastante habitado. Além de entrar em choque com questões econômicas, sociais, políticas e populacionais. Na verdade, campanhas de esclarecimento e conscientização ambiental serão bastante úteis, afim de que os moradores do entorno da Mata Atlântica façam sua parte da melhor maneira possível. O disciplinamento da ocupação pelo Poder Público é de fundamental importância, necessitando de bastante estudo e planejamento.

Art 10. O Poder Público fomentará o enriquecimento ecológico da vegetação do Bioma Mata Atlântica, bem como o plantio e o reflorestamento com espécies nativas, em especial as iniciativas voluntárias de proprietários rurais

É muito importante este artigo sobre o fomento pelo Poder Público para recuperação da vegetação da Mata Atlântica principalmente utilizando os proprietários rurais como agente destas iniciativas.

Art 12. Os novos empreendimentos que impliquem o corte ou a supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica deverão ser implantados preferencialmente em áreas já substancialmente alteradas ou degradadas.

É fundamental que o Poder Público discipline a fundo este artigo e realmente exija dos empreendedores que instalem suas empresas em áreas de Mata Atlântica, que optem por fazê-lo em áreas já danificadas. Evitando assim o corte já tão escasso da vegetação.

Art 33. O Poder Público, sem prejuízo das obrigações dos proprietários e posseiros estabelecidos na legislação ambiental, estimulará, com incentivos econômicos, a proteção e o uso sustentável do Bioma Mata Atlântica

Este é um dos artigos mais importantes da lei da Mata Atlântica e uma das formas de incentivar a conservação ecológica. Através de incentivos aos proprietários, seja por redução de impostos territoriais rurais ou outras formas, é possível reduzir o desmatamento. As empresas cujos empreendimentos são sustentáveis também devem ser beneficiadas com

incentivos fiscais. É uma forma de colocar em prática o princípio da precaução, porque menos impostos hoje para quem preserva, pode significar futuramente, menos recursos dispendidos para reparação do meio ambiente por parte do Poder Público.

4.13 SNUC – LEI 9.985/2000 – LEI QUE INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art 2. O artigo segundo da lei definiu diversos conceitos sobre o que é unidade de conservação, conservação da natureza, diversidade biológica, recurso ambiental, preservação, proteção integral, conservação in situ, manejo, uso indireto, uso direto, uso sustentável, extrativismo, etc...

I – unidades de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

II – conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

VI – proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto de seus atributos naturais.

VII – conservação in situ: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

Considero a definição destes conceitos como instrumento para melhor interpretação da lei e para maior abrangência de seus artigos. Também se torna um direcionador para o público leigo que se interessa pelo assunto, deseja conhecer mais, porém desconhece a abrangência de termos técnicos ligados a meio ambiente.

Art. 4 – Neste artigo são estabelecidos alguns objetivos das SNUC:

I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais.

Pelo inciso podemos concluir que as unidades de conservação podem ser instituídas tanto no território físico, como: Biomas, florestas, matas. E também no mar territorial, através de ilhas, atóis, arquipélagos.

II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional

Além da finalidade de proteção de espaços territoriais e águas jurisdicionais cabe às unidades de conservação a proteção de espécies ameaçadas de extinção a nível regional e nacional.

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais

O conceito de desenvolvimento sustentável também deverá fazer parte das unidades de conservação porque se trata da preservação de recursos atuais de forma a garantir que as gerações futuras também tenham direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável.

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos

A lei também não deixou de enfatizar nossos recursos hídricos, a necessidade de manutenção e recuperação dos mananciais de água e de nosso solo.

IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados

O objetivo das unidades de conservação não se limita apenas a conservar determinado ambiente natural, mas também a restaurar ou recuperar ambientes degradados.

O artigo sexto estabelece que os SNUC serão geridos pelos seguintes órgãos:

I – órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, com as atribuições de acompanhar a implementação do sistema

II – órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o sistema

III- órgãos executores: o Instituto Chico mendes e o IBAMA, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

É importante a definição de competência aos órgãos integrantes do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) afim de evitar conflitos de competência entre os órgãos responsáveis pelo gerenciamento do meio ambiente no país. Ao CONAMA ficou a responsabilidade de implementar e acompanhar o SNUC. Ao Ministério do Meio Ambiente a responsabilidade de coordenar. E ao Instituto Chico Mendes e IBAMA, principalmente a administração das unidades de conservação.

O artigo sétimo dividiu em grupos as unidades de conservação integrantes do SNUC, de acordo com características específicas:

I - Unidades de proteção integral

II - Unidades de uso sustentável

Parágr. 1 - O objetivo básico das unidades de proteção integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei.

Parágr. 2 - O objetivo básico das unidades de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

Art. 8 – Neste artigo é feita uma divisão das unidades de proteção integral

I – estação ecológica

- II - reserva biológica
- III - parque nacional
- IV - monumento natural
- V - refúgio da vida silvestre

Art. 14 – Neste artigo foi feita a divisão das unidades de uso sustentável

- I – área de proteção ambiental
- II – área de relevante interesse ecológico
- III – floresta nacional
- IV - reserva extrativista
- V - reserva de fauna
- VI – reserva de desenvolvimento sustentável
- VII - reserva particular do patrimônio natural

Exploração Comercial

De acordo com Antunes (2006), a exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento. Com a finalidade de auxiliar nos gravíssimos problemas orçamentários das Unidades de Conservação, a lei admite que os órgãos responsáveis pela administração das unidades de conservação possam receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que demonstrem interesse em colaborar com a sua conservação. A administração de tais recursos cabe ao órgão gestor da unidade, e estes serão utilizados exclusivamente na implantação, gestão e manutenção da mesma.

Sempre que se tratar de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental negativo, assim considerado pelo órgão ambiental competente, após análise de estudo de impacto ambiental, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção da unidade de conservação do Grupo de proteção Integral, de acordo com o disposto no artigo 36 da Lei 9.985/2000 e no seu regulamento, observando-se os seguintes critérios: (Antunes, 2006):

- a) O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para a finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento;
- b) O órgão ambiental licenciador definirá as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação;
- c) Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação em questão.

4.14 O CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO E SEUS PRINCIPAIS MECANISMOS

O artigo primeiro da Lei 4.771/65, ou Código Florestal estabelece:

As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bem de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta lei estabelecem.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo quinto, inciso XXIII: “a propriedade atenderá a sua função social”, porém, a própria Constituição em se tratando de propriedades rurais estipula os casos em que essas propriedades atenderão a sua função social. No artigo 186 estabelece que:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio-ambiente.
- III - observância das disposições que regulem as relações de trabalho
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores

De acordo com Antunes (2006) a propriedade florestal pode ser considerada uma propriedade especial, que não deve ser confundida com as diversas propriedades em geral. Quando a Constituição estabelece a função social da propriedade já começa a diferenciar os diversos tipos de propriedades existentes, ou seja: propriedades urbanas e propriedades rurais.

Ainda segundo Antunes (2006) a propriedade florestal de acordo com as nossas leis possui três limitações principais que são:

- a) as Áreas de Preservação Permanente;
- b) as Reservas Legais;
- c) corte somente com autorização do Poder Público.

4.14.1 Áreas de Preservação Permanente

O Código Florestal entende como Área de Preservação Permanente: áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico da flora e da fauna, a proteção do solo e do bem-estar das populações humanas.

De acordo com a Lei a função da floresta extrapola a simples proteção dos recursos naturais, passando a funcionar como proteção para outros bens como o próprio bem-estar das populações humanas. Neste caso específico são as florestas de preservação permanente localizadas em áreas indígenas.

A Lei 4.771/65 (Código Florestal) define além dos bens que devem ser protegidos, a

localização destas florestas. O artigo segundo e suas alíneas diz que as Florestas de Preservação Permanente devem estar próximas ao longo de rios ou cursos d'água, ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, nas nascentes, no topo de morros, montes, montanhas e serras, encostas com determinada declividade, restingas fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues, bordas de tabuleiros ou chapadas, e altitudes superiores a 1.800 m qualquer que seja a vegetação.

No artigo terceiro estabelece outras funções das florestas de preservação permanente, quando forem declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação destinadas:

- atenuar erosão das terras;
- fixar dunas;
- formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
- auxiliar a defesa do território nacional a critério de autoridades militares;
- proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico e histórico;
- asilar exemplares ameaçados de extinção da fauna e da flora;
- manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- assegurar condições de bem-estar público.

Nesse artigo são aumentadas as funções abrangidas pelas Florestas de Preservação Permanente, inclusive passa a ter o objetivo de proteção à segurança nacional e defesa do território nacional em áreas de fronteiras. Proteger áreas de valor científico e histórico além de rodovias e ferrovias também é uma característica que o Poder Público pode dispor para utilização das florestas.

Reserva Florestal Legal

O artigo primeiro, inciso I, do Código Florestal apresenta um conceito de reserva florestal legal: “área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de

preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas.”

Ao conceituar a reserva legal o texto destacou a diferença entre ela e as áreas de preservação permanente, deixando claro se tratar de mecanismos diferentes. A primeira se concentra na preservação dos recursos ecológicos e naturais, já a segunda é mais abrangente e extrapola sua área de atuação inclusive para o bem-estar das populações humanas.

A Reserva Florestal Legal incide apenas sobre áreas de domínio privado, ou seja: propriedade ou posse rural. A propriedade deve ser rural, não urbana. Já as Áreas de Preservação Permanente podem estar em áreas tanto de domínio público quanto de domínio privado.

A RFL é um elemento importante da propriedade florestal, que é constituída por uma área, cujo percentual da propriedade total é definido em lei, variando conforme as peculiares condições ecológicas, em cada uma das regiões geopolíticas do país e que não pode ser utilizada economicamente de forma tradicional, isto é, destinar-se à produção de madeira ou de outra commodity que dependa da derrubada das árvores em pé (ANTUNES, 2006, p.).

Fica evidente o estabelecimento de uma obrigação geral que estabelece nas propriedades privadas uma parcela ou área que deve ser retirada da atividade econômica e transferida para a preservação dos bens naturais. É a reafirmação do princípio estabelecido no artigo primeiro do Código Florestal que estabelece que as florestas são de interesse comum a todos os habitantes do planeta (ANTUNES, 2006).

Assim dispõe o artigo primeiro do Código Florestal:

As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas como de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se o direito de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta lei estabelecem.

Outro dispositivo que reafirma e fundamenta a importância da Reserva Florestal Legal e a conseqüente preservação do meio-ambiente, diz respeito ao artigo 225 da Constituição Federal:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presente e futuras gerações.

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

Percentuais destinados como Reserva Legal

De acordo com o artigo 16 do Código Florestal: as florestas e outras formas de vegetação nativa, desde que não estejam situadas em áreas de preservação permanente, e não sejam objetos de legislação específica, são suscetíveis de supressão, se forem mantidas áreas mínimas estipuladas como reserva legal.

- I - em propriedades rurais situadas em áreas de florestas na Amazônia Legal é de oitenta por cento (80%)
- II - em propriedade rurais situadas em áreas de cerrado na Amazônia Legal é de trinta e cinco por cento (35%)
- III - em propriedades rurais em áreas de florestas ou outras formas de vegetação nativa nas demais regiões do País é de vinte por cento (20%)
- IV - em propriedades rurais em áreas de campos gerais em qualquer região do País é de vinte por cento (20%)

Cada região do País, de acordo com o bioma que abrange sua determinada área, possui um valor diferente a título de reserva legal.

Ainda de acordo com o artigo 16, parágrafo segundo: “a vegetação que compõe a reserva legal não pode ser suprimida, retirada, podendo apenas ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentado”.

E no parágrafo terceiro diz que:

Para o cumprimento da manutenção ou compensação da área da reserva legal em pequena propriedade ou posse rural, podem ser computados os plantios de árvores frutíferas ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.

O artigo 16 do Código Florestal, estabelece como regra geral a possibilidade da supressão das florestas e outras formas de vegetação nativas desde que não estejam classificadas como áreas de preservação permanente, não estejam submetidas ao regime de utilização limitada ou protegidas por legislação específica. Esta regra geral, entretanto, somente é aplicável desde que observadas as áreas de Reserva Legal mínimas definidas nos incisos I até IV (ANTUNES, 2006).

Na Amazônia Legal, o percentual de Reserva Legal foi definido em 80% para as áreas de floresta; nas áreas de cerrado existentes na Amazônia Legal, definiu-se o percentual de 35%. Tal percentual, entretanto, pode ser subdividido em um índice de, no mínimo, 20% na própria propriedade e os restantes 15% poderão ser constituídos por compensação em outra área incluída na mesma microbacia e que deverá ser averbada no registro de imóveis (ANTUNES, 2006).

O percentual de 20% foi confirmado como o padrão geral aplicável às demais regiões do País, seja às florestas ou outras formas de vegetação, mesmo nas regiões de campos gerais (ANTUNES, 2006).

Características para constituição da Reserva Florestal Legal

A Reserva Florestal Legal apresenta determinadas características para sua constituição. De acordo com Machado, citado por Sirvinskaskas (2008) são as seguintes:

- Inalterabilidade da destinação - Uma vez constituída a reserva florestal, ela não pode ser modificada, mesmo que ocorra a transmissão a qualquer título de desmembramento ou de retificação da área com as exceções previstas no Código Florestal (art 16, parag. 8, da Lei 4.771/65).
- Restrições legais da exploração - Além da inalterabilidade da área, também não se admitirá o corte raso. “Corte raso é entendido como um corte em que é feita a derrubada de todas as árvores, de parte ou de todo de um

povoamento florestal, deixando o terreno momentaneamente livre de cobertura arbórea” (Portaria P/1986, IBDF).

- **Gratuidade da constituição da reserva** - A constituição legal da reserva não onera o proprietário nem o Poder Público. Sua delimitação não implica indenização por parte do proprietário. A reserva é uma obrigação legal, não acarretando qualquer ônus ao Poder Público. A averbação da reserva legal da pequena propriedade ou posse rural familiar é gratuita, devendo o Poder Público prestar apoio técnico e jurídico quando necessário (art.16, par. 9, da Lei 4.771/65).
- **Averbação da reserva no cartório de registro de imóveis** - A reserva florestal legal será averbada à margem da inscrição da matrícula do imóvel, no cartório de registro de imóveis competente (art.16, par. 8,9 e 11, e 44-A, par. 2, da Lei 4.771/65). A averbação pode ser feita por qualquer pessoa (art.217 da Lei 6.015/65)
- **Delimitação da reserva** - A área da reserva deverá ser medida, demarcada e delimitada. Tal obrigação é de competência do proprietário. Caso este não realize a medição, a demarcação ou a delimitação, poderá ser obrigado a fazê-lo por meio de ação civil pública (SIRVINSKAS, 2008).

Isenção tributária

A reserva florestal legal está isenta do pagamento do imposto territorial rural, nos termos dos arts. 18, par. 2 da Lei 4.771/65 e 104 da Lei n.8.171, de 17 de janeiro de 1991 (SIRVINSKAS, 2008).

Sobre mecanismos de política fiscal aplicada à preservação de florestas, de acordo com o professor Mohamed Ali Mekouar:

Judiciosamente aplicada à floresta, a política fiscal pode constituir um instrumento eficaz para sua conservação e gestão. Como pode, ao contrário, se privilegiar a maximização da receita, levar a superexploração e à regressão da floresta. Conciliar com esses fins as pretensões do fisco e os interesses da floresta não tem sido sempre uma tarefa fácil. Entretanto a política fiscal pode contribuir para a proteção da floresta ao procurar o equilíbrio entre essas preocupações complementares (MEKOUAR, 1988, p.).

Alternativas à composição da Reserva Florestal Legal

De acordo com o artigo 44 do Código Florestal:

O proprietário ou possuidor de imóvel rural com área de floresta nativa, natural, primitiva ou regenerada ou outra forma de vegetação nativa, deve adotar as seguintes alternativas isoladas ou conjuntamente:

I – recompor a reserva legal de sua propriedade mediante o plantio, a cada três anos de no mínimo 1/10 da área total necessária à sua complementação, com espécies nativas, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ambiental estadual competente;

II – conduzir a regeneração natural da reserva legal;

III – compensar a reserva legal por outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma microbacia, conforma critérios estabelecidos em regulamento.

O texto da Lei faculta ao proprietário rural que precisa recompor a reserva legal a possibilidade de fazê-la por etapas. Se o proprietário utiliza sua terra produtivamente para agricultura ou pecuária, por exemplo, poderá ter um horizonte de planejamento mais longo de suas atividades para recompor a reserva legal. Outro mecanismo de que pode dispor é constituir a reserva legal através de regeneração natural da floresta. Ou mesmo compensar a área destinada à reserva legal em outra propriedade sua, mas desde que, pertença ao mesmo ecossistema e localizada na mesma microbacia.

Os parágrafos primeiro e segundo dizem que em relação ao inciso I o órgão ambiental estadual competente deve apoiar tecnicamente a pequena propriedade ou posse rural e que a recomposição pode ser realizada mediante o plantio temporário de espécies exóticas como pioneiras, visando a restauração do ecossistema original.

O parágrafo terceiro diz que a regeneração de que trata o inciso II será autorizada, pelo órgão ambiental estadual competente, quando sua viabilidade for comprovada por laudo técnico, podendo ser exigido o isolamento da área.

O parágrafo quarto diz que na impossibilidade de compensação da reserva legal dentro da mesma microbacia hidrográfica será aplicado o critério de maior proximidade entre a propriedade desprovida de reserva legal e a área escolhida para compensação, desde que na mesma bacia hidrográfica e no mesmo estado.

Reserva Florestal Legal e sua relação com outros espaços territoriais protegidos

A Reserva Florestal Legal decorre de normas legais que limitam o direito de propriedade, da mesma forma que as florestas e demais formas de vegetação permanente previstas na Lei 4.771/65 (Código Florestal). Diferenciam-se em relação à dominialidade, pois a Reserva Florestal somente incide sobre o domínio privado e as Áreas de Preservação Permanente sobre o domínio público e privado.

A Reserva Florestal Legal pode coexistir com uma APA (Área de Proteção Ambiental) de acordo com a Lei 6.902/81, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. As restrições ao uso da propriedade na APA irão acrescentar interdição de corte raso e inalterabilidade de destinação da Reserva Florestal Legal.

As RFLs não se confundem com os Parques e Florestas nacionais, estaduais e municipais e nem com as Reservas Biológicas, já que estas são áreas de domínio público.

Ações judiciais e a Reserva Florestal Legal

Duas ações judiciais são protetoras da Reserva Florestal Legal: a ação civil pública e a ação popular.

A ação civil pública, em relação a obrigação de fazer, tentará em relação ao Poder Judiciário que obrigue o proprietário de imóvel rural, pessoa física ou jurídica, a instituir a Reserva Florestal Legal. Ou seja: medi-la, demarca-la, averba-la no registro de imóveis, como também fazer com que o proprietário introduza e recomponha a cobertura arbórea da reserva. Em relação a obrigação de não fazer, poderá ser pedida quando se pretende invadir a reserva florestal ou deturpar o seu uso, por diversas formas, através de desmatamento, ocupação por atividade pecuária, exploração mineral, invasão de posseiros, construção de hidrelétricas, por exemplo.

Também é útil a ação civil pública para impedir os proprietários de receberem quaisquer isenções ou incentivos fiscais, como financiamentos oficiais, desde que infrinjam as normas sobre a Reserva Florestal legal.

A ação popular possibilitará aos cidadãos controlarem a Administração direta e indireta, inclusive as atividades concedidas, visando anular os atos lesivos ao meio-ambiente (art quinto LXXIII da C.F.) e, no caso concreto, proteger a Reserva Florestal legal.

Outros artigos importantes do Código Florestal (Lei 4.771/65)

Artigo 20 do Código Florestal:

As empresas industriais que, por sua natureza, consumirem grandes quantidades de matéria-prima florestal serão obrigadas a manter, dentro de uma área em que a exploração e o transporte sejam julgados econômicos, um serviço organizado, que assegure o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, cuja produção sob exploração racional, seja equivalente ao consumido para o seu abastecimento.

A Lei exige que as empresas que são grandes consumidoras de matéria-prima florestal façam a reposição do total consumido em suas atividades através de plantios em áreas próprias ou de terceiros. A reposição deverá ser racional e sustentada, ou seja: atividades de plantio e retirada que possibilite o abastecimento das atividades da empresa.

Parágrafo Único: O não-cumprimento do disposto neste artigo, além das penalidades previstas neste Código, obriga os infratores ao pagamento de uma multa equivalente a 10%(dez por cento) do valor comercial da matéria-prima florestal nativa consumida além da produção da qual participe.

As empresas que não cumprirem o disposto no artigo 20 ficam sujeitas a pagarem uma multa de 10% sobre o excesso de matéria-prima que consumirem, além do que conseguem produzir para suas atividades.

Artigo 21. As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou matéria-prima florestal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.

Parágrafo Único: a autoridade competente fixará para cada empresa o prazo que lhe é facultado para atender ao disposto neste artigo, dentro dos limites de 5 a 10 anos.

Neste artigo novamente as empresas são convocadas a formarem seus empreendimentos próprios por consumirem recursos florestais em suas atividades. A diferença para o artigo anterior é que este é mais específico e aquele é mais genérico. Neste os tipos de empresas são descritos, além dos prazos estipulados de 5 a 10 anos para o atendimento das exigências necessárias.

Art.41 – Os estabelecimentos oficiais de crédito concederão prioridades aos projetos de florestamento, reflorestamento ou aquisição de equipamentos mecânicos necessários aos serviços, obedecidas as escalas anteriormente fixadas em lei.

Parágrafo único: Ao Conselho Monetário Nacional, dentro de suas atribuições legais, como órgão disciplinador do crédito e das operações creditícias em todas as suas modalidades e formas, cabe estabelecer as normas para os financiamentos florestais, com juros e prazos compatíveis, relacionados com planos de florestamento e reflorestamento.

Sem dúvida, uma das maiores dificuldades do produtor florestal é em relação a encontrar estabelecimentos de crédito que financie suas atividades de acordo com taxas, juros e prazos compatíveis com suas atividades. A atividade florestal demanda financiamento de suas atividades a longo prazo já que é uma atividade que trabalha com horizonte de planejamento longo.

É muito importante este artigo, bem como necessário que haja devido cumprimento pelas autoridades governamentais, afim de que possa ocorrer maior desenvolvimento das atividades florestais.

5 CONCLUSÕES

No ordenamento jurídico brasileiro as principais Leis são: a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) e o Código Florestal (Lei 4.771/65). São leis consideradas modernas e protetoras do meio ambiente de forma ampla e da cobertura florestal respectivamente.

A competência para legislar sobre matéria ambiental no Brasil é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Apesar de existirem as leis gerais dispostas na Constituição e nas leis federais, nada impede dos Estados terem seu próprio código estadual ambiental, desde que, não entre em conflito com as leis nacionais.

Existem três esferas de responsabilidade ambiental de acordo com a Lei 9.605/98 ou Lei de Crimes Ambientais: a administrativa, a civil e a penal. Cada esfera é independente e o causador do dano ambiental poderá responder em qualquer destas esferas conforme o tipo de infração ambiental praticada. A Política Nacional do Meio-Ambiente (Lei 6.938/81) dividiu a competência ambiental em diversos órgãos dentro do país. Esses órgãos são parte do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente).

As atividades econômicas florestais foram feitas de forma predatória no passado, pela adoção de um modelo equivocado de desenvolvimento. O desafio para o futuro é a sustentabilidade da atividade e o respeito às leis ambientais e florestais.

O desenvolvimento das atividades florestais no Brasil nos últimos anos impulsionados por suas condições naturais e investimentos em produtividade, fez com que houvesse uma redução dos custos da madeira reflorestada e consequentemente formando o país mais competitivo a nível mundial.

O crescimento das áreas reflorestadas em comparação às florestas nativas vai causando uma substituição gradativa do fornecimento de matéria-prima para a indústria florestal. Futuramente com a expansão das florestas plantadas e maior abastecimento de mercado, as florestas nativas podem assumir a sua real função: de fixação de carbono, conservação de biodiversidade e assumir um papel secundário no fornecimento de madeira.

Os produtos de origem florestal representam uma grande parcela das exportações brasileiras. A região Sul do país assume a liderança dessas exportações com 37,5% pelos três Estados da região. O setor que lidera as exportações é a indústria de papel e celulose.

Santa Catarina possui clima e solo propícios para as atividades florestais, além de ter

se desenvolvido bastante em termos de produtividade, mesmo com sua extensão territorial limitada em relação aos outros estados do Brasil, é considerado um pólo produtivo e exportador de madeira móveis e papéis.

De acordo com os dados de 2007 pelo IBGE o Estado de Santa Catarina é o quarto maior produtor de madeira de florestas plantadas para a fabricação de papel e celulose com 6.667.970m³ (11%) do Brasil, já na produção de madeira para outras finalidades, exceto papel e celulose, é o segundo maior produtor do Brasil com 8.744.851m³ (19,8%).

Aproximadamente 85% da madeira consumida no estado pelas atividades produtivas provêm de florestas plantadas. O reflorestamento de Pinus se destaca com mais de 90% da oferta de madeira florestal catarinense. O conhecimento da legislação se torna fundamental para o desenvolvimento das atividades florestais no estado, devido a importância do setor no passado e no presente.

O desenvolvimento industrial que o Estado apresenta sua eficiência produtiva, sua vocação natural para as atividades florestais, o espírito empreendedor de seu povo, sua participação atual no mercado nacional e exportador, aliada às tendências futuras de crescimento da atividade pela demanda crescente de matéria-prima colocam Santa Catarina como estado de grande futuro para a economia brasileira.

A Constituição do Estado de Santa Catarina inova quando prevê no artigo 182: que a participação voluntária em programas e projetos de fiscalização ambiental será considerado como de relevante serviço prestado ao estado. Mas a principal inovação é no artigo 183 quando diz que: o resultado da participação do estado na exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos e carvão mineral e outros recursos minerais em seu território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva será preferencialmente aplicado no setor mineral e energético e em programas e projetos de fiscalização, conservação e recuperação ambiental

A Constituição do Estado de Santa Catarina instituiu também algumas áreas dentro de seu território de interesse ecológico. E que a utilização dessas áreas dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes, homologados pela Assembléia Legislativa. São elas: a Mata Atlântica, a Serra Geral, a Serra do Mar, A Serra Costeira, as faixas de proteção de águas superficiais e as encostas passíveis de deslizamentos.

Os principais dispositivos da lei da Mata Atlântica (lei 11.428/2006) em relação ao nosso estudo se encontram nos artigos 10, 12 e 33 da lei. No artigo 10 quando diz que: o Poder público fomentará o enriquecimento ecológico da Mata Atlântica com espécies nativas, em especial as iniciativas voluntárias de proprietários rurais.

No artigo 12 diz que os novos empreendimentos que impliquem o corte da vegetação da Mata Atlântica, deverão ser implementados preferencialmente em áreas alteradas ou degradadas.

No artigo 33 que prevê incentivos econômicos aos proprietários de terra que protegerem e usarem sustentavelmente suas propriedades no Bioma.

A Lei 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação define diversos conceitos utilizados em meio ambiente, como por exemplo, unidades de conservação e uso sustentável. No artigo 4º estabelece os objetivos das unidades de conservação que engloba entre outros a proteção da diversidade biológica, recursos genéticos, espécies ameaçadas de extinção, recursos hídricos e edáficos, e ecossistemas degradados.

No artigo sexto estabelece os órgãos que gerenciarão os SNUC. Entre esses órgãos estão como executores: o Instituto Chico Mendes e o IBAMA. Também no artigo sétimo divide as unidades de conservação integrantes do SNUC de acordo com características específicas em unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

Em relação a exploração comercial é importante que os produtos ou serviços obtidos a partir de recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais da unidade de conservação, exceto Áreas de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, depende de prévia autorização dos órgãos públicos competentes.

A Constituição Federal estabelece o direito de todos os brasileiros ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao Poder Público e a coletividade a responsabilidade por essa preservação, dizendo ainda que os beneficiados devem ser as gerações presentes e futuras. Define em todas as unidades da federação espaços territoriais que devem ser protegidos e exige também que para atividades degradantes do meio-ambiente é necessário estudo prévio de impacto ambiental. Expressa o objetivo principal que a Lei deve atingir e também os meios como deve ser atingido. Apesar de que as formas como o meio-ambiente será protegido é regulado mais especificamente pela Política Nacional do Meio-Ambiente e o Código Florestal, a Constituição não foi omissa e citou genericamente essas formas.

Nosso objetivo principal de estudo dentro do Código Florestal (Lei 4.771/65) foi a Reserva Florestal Legal. Deixamos claro a diferença entre ela e as Áreas de Preservação

Permanente. A principal é que a RFL é de domínio privado e as APP é de domínio público ou privado. As RFLs tem seus fins destinados à conservação de recursos ecológicos e naturais, já as APPs possuem uma abrangência maior inclusive servindo como área de preservação do bem-estar de populações humanas, como os indígenas.

A criação da RFL é uma forma de limitar o direito de propriedade, por se tratar de uma parcela de um terreno que é retirada da atividade econômica e transferida para a preservação de um bem de interesse coletivo, o meio-ambiente.

Dentro dos estudos sobre a RFL podemos concluir que o Código Florestal (Lei 4.771/65) trata o assunto de maneira especial, dispondo sobre diferenças de percentuais da reserva de acordo com cada bioma em que ela se insere, a forma como ela deve ser constituída fisicamente e legalmente nos órgãos públicos, bem como alternativas ao proprietário à sua composição ou recomposição.

A RFL também vem a atender os dispositivos constitucionais previstos na Constituição Federal de 1988, especialmente à possibilidade de todos terem direito ao meio ambiente, tanto as presentes como as futuras gerações, e que, mesmo limitando os direitos individuais de propriedade, acabam por atender os interesses coletivos e o bem-comum.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, P. B. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 314-337.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE.
Programa de suprimento florestal para a cadeia produtiva da madeira. Florianópolis, 2004, p. 5-14.

BRASIL. **Código Florestal Brasileiro. Lei n. 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em jan 2009.

IBGE. **Diretoria de pesquisas, coordenação de agropecuária, produção da extração vegetal e da silvicultura**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2007/default.shtm>>. Acesso em: 19/03/2009.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em jan 2009.

_____. **Lei da Mata Atlântica. Lei n. 11.428**, de 22 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em jan 2009.

_____. **Lei de Ação Civil Pública. Lei n. 7.347**, de 24 de julho de 1985. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em jan 2009.

_____. **Lei de Crimes Ambientais. Lei n. 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em jan 2009.

_____. **Política Nacional do Meio Ambiente. Lei n. 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em jan 2009.

_____. **Resolução CONAMA n. 009** de 03 de dezembro de 1987. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em jan 2009.

_____. **SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei n. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em jan 2009.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2001, p.706-719.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente - a gestão ambiental em foco**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p.243.

MORAES, A. **Direito constitucional**. São Paulo: Atlas, 2008, p.826-827.

SANTA CATARINA. **Constituição (1989). Constituição do Estado de Santa Catarina**. Ed.atualizada com 45 Emendas Constitucionais. Florianópolis, Assembléia Legislativa, 2006.

SIMIONI, F. J. **Análise diagnóstica e prospectiva da cadeia produtiva de energia de biomassa de origem florestal no planalto sul de Santa Catarina**. Curitiba: UFPR, 2007.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 41-49; 404-409.

TORESAN, Luis. **Desempenho e competitividade do setor florestal brasileiro e catarinense**. Disponível em:
<http://cepa.epagri.sc.gov.br/agroindicadores/opiniaio/analise_florestal.htm>. Acesso em: 19/3/2009.